

Ikuiapá e os fluxos cósmicos: processos de desterritorialização do espaço Boe-bororo

Ikuiapá y los flujos cósmicos: procesos de desterritorialización del espacio Boe-bororo

José Eduardo Fernandes Moreira da Costa¹

Resumo: O povo Boe-Bororo ocupava um vasto território que se estendia, em arco, do rio Otuquis, no Oriente boliviano, adentrava no Brasil pelas cabeceiras do rio Paraguai, delimitado ao Sul pelo rio Taquari, até alcançar a Nordeste, no contraforte do planalto, o rio das Mortes e as nascentes do Araguaia. Esse imenso complexo sociocultural, composto por diferentes grupos locais, foi fragmentado e dividido em novas categorias: Bororo Ocidental e Oriental, em referência ao eixo de penetração colonial representado pelos rios São Lourenço-Cuiabá. A implementação de diversas missões jesuíticas de Chiquitos, a partir de 1691, na banda ocidental do rio Paraguai, em terras de Castela, e a criação das povoações portuguesas no entorno de centros minerários, em especial da Vila de Cuiabá, em 1719, consolidou a conquista desse território. Dentro de uma análise centrada no domínio do simbólico, onde os territórios são articulados aos fluxos cósmicos, aos espaços-tempos sociais, culturais e cognitivos, procurou-se apresentar o processo de desterritorialização do espaço Boe-Bororo sob a ênfase teórica no culturalismo, num diálogo entre a História, Geografia e Antropologia.

Palavras-chave. Povo Boe-Bororo. Fronteira. Território.

Resumen: El pueblo Boe-Bororo ocupó un vasto territorio que se extendía, en el arco, del río Otuquis, en el Oriente boliviano, ingresado en Brasil por las cabeceras del río Paraguay, delimitado al sur por el río Taquari, hasta llegar al noreste, a los pies de la meseta, el río de Muertes y manantiales de la Araguaia. Este inmenso complejo sociocultural,

¹ Indigenista. Mestre em Geografia e Especialista em Antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jefmdacosta@hotmail.com

compuesto por diferentes grupos locales, fue fragmentado y dividido en nuevas categorías: Bororo Occidental y Oriental, en referencia al eje de penetración colonial representado por los ríos São Lourenço-Cuiabá. La implementación de varias misiones jesuitas de Chiquitos, desde 1691, en la banda occidental del río Paraguay, en las tierras de Castilla, y la creación de los asentamientos portugueses en las proximidades de los centros mineros, especialmente el pueblo de Cuiabá, en 1719, consolidó la Conquista de este territorio. Dentro de un análisis centrado en el dominio simbólico, donde los territorios se articulan a los flujos cósmicos, los espacios sociales, culturales y cognitivos-tiempos, buscamos presentar el proceso de deterritorialización del espacio Boe-Bororo bajo el énfasis en el culturalismo, en un diálogo entre Historia, Geografía y Antropología.

Palabras claves: Pueblo Boe-Bororo. Frontera. Território.

Introdução: os fluxos cósmicos

Os primeiros europeus a explorarem o alto curso do rio Paraguai costumavam designar etnias, relevo, fauna e flora encontrados conforme os nomes atribuídos pelos tupi-guarani que os acompanhavam. Em geral, estavam vinculados a algum atributo ou característica física que os identificasse, expressas na língua geral meridional ou paulista, fluente nas expedições dos bandeirantes. Como estratégia, era costume também incorporar indígenas da região a ser conquistados para decodificar o território e atuar como intérpretes, o que contribuiu também para a toponímia local. Como exemplo, pode ser citado o apodo *Guaycurus*, ou índios manchados, aos diversos grupos inimigos, como sinônimo de sarnento, traidor ou falso. Os exploradores chamaram ainda de *Lenguas* a todos os índios que adotavam um enfeite no lábio inferior, cuja estética lembrava uma segunda língua. De *Orejones*, aos que deformavam e avantajavam as orelhas, e de *Frentones* àqueles que tinham o costume de raspar a parte anterior da cabeça. Denominaram o rio São Lourenço de rio dos índios Porrudos, em decorrência do uso do estojo peniano pelos Bororo² que ali moravam, conhecidos também por Coroados.

Com o tempo, as incursões proporcionaram um conhecimento mais profundo das etnias e de seus territórios, em que pese o grande desequilíbrio geopolítico decorrente da presença dos espanhóis e dos luso-brasileiros, reconfigurando profundamente o espaço até então conhecido pelos índios. Povos inteiros desapareceram, migraram, receberam novas denominações; outros foram escravizados, assimilados pela sociedade colonial ou integrados a outras etnias com as quais mantinham afinidades socioculturais. Poucos resistiram. A luta contra a servidão e a efervescente movi-

2 Este estudo utiliza a uniformização da grafia dos nomes indígenas apresentada em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, durante a I Reunião Brasileira de Antropologia, mais tarde publicada no livro organizado por Egon Schaden, “Leituras de Etnologia Brasileira” (1976). Foi estabelecido também que essa classe de palavra não seria flexionada em gênero e número.

mentação por áreas adjacentes aos seus *locus* de origem foram uma constante no período de colonização centro-sul americana, acentuando antigas rivalidades e alianças, gerando novas tensões e articulações frente à presença do conquistador europeu.

Os Bororo, Payaguá, Guaikuru e Chiquitano, conforme relatos etnográficos, constituíram, possivelmente, nos povos indígenas da fronteira Oeste que mais se opuseram, com violência, à ocupação de seus territórios. Diante da ação dos conquistadores ao promoverem o saque das aldeias, capturarem mulheres e escravizarem homens, não tardou para que os diversos grupos indígenas se reunissem e atacassem os invasores, ao demonstrarem os primeiros sinais de enfraquecimento face aos rigores da empreita.

O povo Boe-Bororo ocupava um vasto território que se estendia, em arco, do rio Otuquis, no Oriente boliviano, e adentrava no Brasil pelas cabeceiras do rio Paraguai, delimitado ao Sul pelo rio Taquari, até alcançar, a Nordeste, no contraforte do planalto, o rio das Mortes e as nascentes do Araguaia. O acesso de diferentes grupos indígenas aos recursos da ampla região do Pantanal, era permeado por um histórico de conflitos e alianças de cada povo, vinculados às práticas culturais e ambientais.

A noção de pertencimento e circularidade das relações dadas pelas semelhanças linguísticas, apropriações culturais, trocas econômicas e matrimoniais, mediadas pelos interesses e proximidades entre os grupos locais e afins, compuseram grandes complexos socioculturais. Estudos da etno-história do período colonial (GANDIA, 1929; COLINI, 1945; MOREIRA DA COSTA, 2006) figuram o processo de fragmentação de diferentes complexos pelos europeus, como Otuque-Bororo, Guaikuru, Xarayes e Chiquitano. Desde a época colonial, os conquistadores dividiram o complexo Otuque-Bororo, atribuindo diferentes nomes para os grupos locais, posteriormente reconhecidos como Bororo ocidentais e orientais, em referência ao eixo de penetração representado pelos rios São Lourenço-Cuiabá. As políticas de desterr-

torialização das potências ibéricas se fizeram acompanhar dessas novas categorias colonialistas e homogeneizadoras.

As diásporas e movimentação intensa em busca de refúgios não detiveram o desaparecimento de diversos grupos que integravam o Complexo Otuque-Bororo. Adotaram estratégias de sobrevivência e novas configurações adquiridas no percurso histórico, pelo deslocamento aos extremos do seu território cultural, ora conflitanto ora aliando-se aos grupos vizinhos.

A implantação de diversas missões jesuíticas de Chiquitos, a partir de 1691, na banda Ocidental do rio Paraguai, terras de Castela, e a criação das povoações portuguesas de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, e de Vila Maria, em 1778, entre as cabeceiras do rio Guaporé e do rio Jauru, e, ainda, Cocais, em 1730, e de São Pedro de D'El Rei, em 1782, consolidaram a cisão territorial dos Bororo ocidentais. Esse complexo cultural era formado pelos Kuru-minaca, Aravirá, Kurucané, Parariané, Biripoconé, Alcioné e Balotiponé, dentre outros, com filiações linguísticas próximas dos Bororo Coroado ou Coxiponé.

O Balotiponé ou Umutina foi o único grupo, em território brasileiro, dos tidos como Bororo Ocidental, que resistiu ao processo de extermínio e manteve sua coesão socioterritorial. Entretanto, algumas famílias Bororo da Campanha continuaram vivendo na fronteira e seus anciãos preservam na memória as histórias e os cantos de seu povo. Cândido Rondon, com ascendência de Guaná, Terena e Bororo da Campanha, foi quem mais compreendeu e tocou a alma de muitos, trabalhando para perpetuar a existência dos senhores das terras brasilis, do belo e do diverso. Os Bororo o chamavam de Págimejéra, Nosso Chefe, a expressão da essência de um líder atemporal, e os Paresi o reconheceram como Wazáre, herói mítico civilizador.

A fundação da Vila Real de Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no território dos Bororo Orientais, conhecidos por Coxiponés, Araés, Porrudos, Cuiabás ou Coroados, implementou uma política de violência e expropriação de suas terras.

Contudo, em decorrência da sua resistência, os mesmos lograram sobreviver até os tempos atuais, ainda que habitando pequenas áreas do seu antigo território. Constituídos pelo domínio do simbólico, como percebem Guattari e Rolnik (1996), os territórios são articulados aos fluxos cósmicos, aos espaços-tempos sociais, estéticos, culturais e cognitivos e estão sempre em processos de apropriação e de desterritorialização, podendo adquirir novos contornos ou mesmo se dissipar. Haesbaert (2002, p. 121) chama atenção para a dimensão simbólica do território, adotada por vários autores, enquanto espaço vivido para, finalmente, defini-lo como “[...] produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Ao apresentar um discurso historiográfico da colonização da fronteira Oeste, em que a cultura emana espaço e tempo, o presente artigo se propõe em abordar o processo de desterritorialização do território Boe-Bororo. Assim, a análise se coloca sob a perspectiva da teoria-conceito dos signos no pensamento deleuziano, aberta às múltiplas experiências e realidades que engendram ideias, percebidas e sentidas nas tensões das relações, em estar em um mundo sempre em mutação. Esta abordagem une-se às fontes cartográficas e documentais, bem como à convivência deste indigenista junto ao povo Boe, e seus estudiosos não indígenas.

O sentido que se dá à vida e à maneira que modelam o ambiente e às relações está indissociavelmente enleado ao simbólico. O espaço não guarda apenas histórias, mas a condição para a sua realização, que comporta um processo permanente do vir a ser. Um mundo relacional de identidades, estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, em processos de constantes contradições aparentes e mutações das formas objetivas e subjetivas.

A relação ser-no-mundo tem como marco referencial o homem em sua movimentação, que é experimentada e, de

algum modo, fixa o lugar onde se desenvolve a sua existência. Neste caso, aborda-se o povo Boe-Bororo, que ainda segue lutando pela demarcação de uma pequena parcela de seu território tradicional e pelo respeito de seus ritos e saberes. Essa resistência persiste no protagonismo político e cultural frente à sociedade envolvente. O cotidiano dos Boe, como os Bororo se autodenominam, é permeado pela musicalidade e pelos cantos que compõem os momentos de sua vida: nas festas, caçadas, pescarias e na evocação do território ancestral e fortemente presentes na memória coletiva. Nos ritos funerários, por exemplo, manifestam sua plenitude ao conduzir o encontro das almas dos mortos com os vivos, renovando a solidariedade e o sentido de estar juntos no mundo.

Os Boe-Bororo a Oeste do rio Cuiabá: Bororo Ocidental

A descoberta de ouro em 1734, pelos irmãos Paes de Barros no rio Galera, afluente da margem Oriental do Guaporé, ocasião em que se encontravam imbuídos em capturar índios Paresi, bem como a crescente presença espanhola nas proximidades das posses pretendidas por Portugal, mudaram a geopolítica regional. Era necessário, com urgência, evitar o contrabando com a Província de Chiquitos e a evasão do ouro. Para tanto, a Coroa Portuguesa precisava ocupar e controlar estes espaços, sendo a aliança com os índios e, em especial, com os Guaikuru, estratégica para alcançar esses objetivos.

A criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, com o conseqüente desmembramento da capitania de São Paulo, teve como ato contínuo o estabelecimento de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, para ser a sua sede. A recém-criada capitania consistiu na concretização da geopolítica portuguesa e na chave para assegurar as possessões. E o seu guardião, D. Antônio Rolim de Moura, o primeiro capitão-general, foi incumbido por Carta Régia a implementar políticas para atrair os índios e assegurar mão de obra.

De acordo com Corrêa Filho (1994, p. 368), Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que foi nomeado para proceder a demarcação estipulada em 1750 pelo Tratado de Madri, logo percebeu o inconveniente de se fixar a fronteira por um traçado retilíneo da boca do rio Jauru ao Sul da barra do rio Sararé. O comissário, orientado por Rolim de Moura, capitão-general de Mato Grosso, intencionava avançar, se possível, à linha divisória pelos rios *Aguapeí e Alegre*. Entretanto, o marco demarcatório com os símbolos das Coroas Ibéricas chegou a ser implantado na confluência dos rios Jauru e Paraguai. Em virtude do Tratado de El Pardo, de 1761, os trabalhos não foram concluídos, dando por nulo os acertos de limites anteriores.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, não alterou a situação fronteira de Mato Grosso já preconizada pelo Tratado de Madri. Na prática, a demarcação da divisa foi sendo protelada indefinidamente, até o advento do Tratado de Badajoz, que também não saiu do papel. Porém, o princípio do *uti possidetis* foi preservado no Tratado de La Paz, que estabeleceu a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, em 1867.

Para implementar a política indigenista, Rolim de Moura, preocupado especialmente em aldear os índios e mantê-los na capitania, incumbiu os padres jesuítas, que vieram em sua comitiva, para catequiza-los. O novo mandatário suspendeu as guerras contra os índios e determinou a transferência dos que estavam cativos, em sua maioria Paresi e Bororo, para a responsabilidade dos missionários. Como política de Estado, pretendia-se promover a secularização das aldeias indígenas com a diminuição do poder temporal dos religiosos e garantir de imediato novos súditos para a Coroa.

Logo a política rendeu os frutos desejados, uma vez que os limites da fronteira foram ganhando contornos mais definidos e muitos destacamentos militares, fortificações ou povoados foram fixados nas proximidades das aldeias já existentes. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, substituto de Rolim de Moura, desapropriou uma instância, a Fazenda Nacional de Casalvasco, situada na beira do rio

dos Barbados, objetivando a criação de gado e produção de alimentos para Vila Bela. Ainda, adquiriu a Fazenda Nacional da Caiçara, próxima de Vila Maria para abrigar as famílias dos Chiquitos evadidas das missões espanholas confrontantes com a província de Mato Grosso, bem como as dos Bororo Ocidentais.

A aproximação com os Guaikuru, cujos principais líderes compareceram a Vila Bela para celebrarem a paz, em 1791, reconhecendo-se enquanto súditos da Coroa portuguesa, foi fundamental para o desenlace da geopolítica regional e o estabelecimento de fortificações-aldeias na zona fronteira. Os Guaná, seis anos mais tarde, acompanhados pelos Guaikuru, procuraram também a sede da capitania para estabelecer amizade e comunicar que muitos de seu grupo estavam mudando do domínio espanhol para a região portuguesa da Serra de Albuquerque e Mondego. Nessa mesma época, os Bororo-Aravirá e os Guató solicitaram a amizade dos portugueses.

Em 1782, Luiz de Albuquerque fundou São Pedro de D'El Rei, atual cidade de Poconé, antiga Ipoconé ou Beripoconé, nome dos índios que ali viviam, integrantes do processo de complexificação sociocultural Otuque-Bororo. Assim, a Coroa portuguesa implementou um arcabouço legal para a fixação dos índios em aldeamentos e sua posterior assimilação pela sociedade colonial.

As missões de Santiago, San Corazón e San Juan, localizadas a Sudoeste da Província de Chiquitos, se comunicavam com a capitania de Mato Grosso pelo Registro do Jauru e com as lagoas de Mandioré, Guaiba e Uberaba, e estas, com o rio Paraguai, terreno trilhado pelos Guaikuru, Otuque-Bororo e Payaguá.

Os índios que mais opuseram resistência à expulsão dos inacianos, em 1767, foram os das missões de Santo Corazón, Santiago e San Juan, pois se rebelaram e quiseram vingar-se nas tropas espanholas. Foram os mesmos que ajudaram a fundar Vila Maria, povoação abastecida por gado contrabandeado das missões. A região do rio

Otuquis lugar em que se estabeleceu a missão de Santo Corazón, com o intento de congregar um significativo número de grupos locais com filiação linguística semelhante, Otuquis e Carabecas, classificada como Otuké, bem como os Zamucos, foi mais tarde reconhecida como Província de Otuquis. Importa registrar que as missões em geral possuía, por estratégia política e religiosa, grupos étnicos de origem Chiquito e Guarani.

A vinda de índios de Santo Corazón e San Juan não ocorreu aleatoriamente, mas significou o retorno de muitos para a sua região de origem. Muitos índios Guató e Bororo não deixaram as morrarias e as Campanhas, como são conhecidos os campos do alto Paraguai, pela resistência em serem reduzidos pelos jesuítas ou portugueses. Diversas etnias que foram congregadas nas missões jesuíticas, mesmo conservando suas identidades originárias, passaram, porém, a serem reconhecidos como índios missioneiros de Chiquitos, devido ao domínio do linguará, idioma geral da fronteira, e dos novos traços culturais de uso comum. Em relação às outras missões de Chiquitos, as de São Juan e de San Corazón chegaram a apresentar uma diminuta população. As Missões de Santa Ana, San Rafael, San Miguel e de San Ignacio formavam, estrategicamente, um impressionante aglomerado populacional de índios, muito próximo a Vila Bela.

Os portugueses iniciaram a exploração das Salinas do Jauru em 1770, tendo as tropas bolivianas, em 1843, tentado ocupá-las sem sucesso. Os bolivianos fundaram, por Decreto do Congresso Boliviano de 1846, a Villa del Marco del Jauru. Chegaram a expulsar os moradores brasileiros estabelecidos nos Campos de Marco, região de ocupação tradicional dos Bororo da Campanha. Constituíram também a povoação da Colonia del Tremendal que, mais tarde, com a retomada desse território pelo Império brasileiro, passou a abrigar o Destacamento da Corixa Grande, na atual divisa da fronteira Brasil-Bolívia.

Após a retirada dos bolivianos, ainda no século XIX, o presidente da província de Mato Grosso, Coronel João José da Costa Pimentel, em viagem de inspeção à referida região, em 1861, relatou ao seu sucessor, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, a situação da fronteira e dos Bororo da Campanha, sugerindo, inclusive, a remoção do Marco do Jauru. Na ocasião em que visitou uma de suas aldeias na imediação do Destacamento Militar de Descalvado, destacou: “Segundo d’ahi passei pela Aldêa dos Índios Bororós da Campanha, que me acompanharam até o destacamento de Descalvado, quatro legóas distante d’essa Aldêa. Ahi distribui-lhes alguns brindes, e forão baptistados mais de cincoentas crianças [...]” (OFÍCIO, Arquivo do IHGMT/IPDAC, 1851, Pasta 138/983).

Em 1769, no caminho de Cuiabá para Vila Bela, no Engenho de Jacobina, estabelecido próximo ao córrego das Flechas, tributário da margem esquerda do rio Paraguai, se constituiu em um importante polo produtor de gado e açúcar no período colonial. Os Bororo da Campanha, habitantes dos campos do Morro Descalvado, situados próximo ao Engenho, subiam o curso do córrego das Flechas para promoverem constantes ataques ao invasor. Em 1827, o pintor Hércules Florence (1977, p. 197), em sua passagem por Jacobina, informou que os últimos anos de guerra promovidos pelo Coronel João Pereira Leite, então proprietário, contra os Bororo resultaram na morte de cerca de 450 índios e na captura de outros 50, inclusive a de seu líder. Os cativos inicialmente foram submetidos a trabalhos forçados nesta fazenda, depois colocados em liberdade vigiada. Porém, os Bororo do Cabaçal continuaram atacando os viajantes e as fazendas na região de Vila Maria. Os Bororo, em diversas ocasiões, foram recrutados pelo governo da Província de Mato Grosso para participarem de expedições militares contra outros índios e mesmos os espanhóis.

O antropólogo alemão Karl von den Steinen, que realizou duas expedições ao Mato Grosso nos anos de 1884 e 1887, ao examinar as telas de Hércules Florence (1977)

constatou uma estreita semelhança etnográfica dos Bororo da Campanha com os Coroados do rio São Lourenço. O processo de complexificação político-cultural Otuque-Bororo era impulsionado por um modelo de redes sociais aberto a circularidade entre membros de suas aldeias, seja por alianças matrimoniais e para apoio mútuo em conflitos, intercâmbios e cerimônias, em especial os ritos funerários. Irmhild Wust (1989, p. 25) observa também a importância dos “magurus”, jornadas sazonais comunitárias Bororo, que duravam meses e interligavam por rotas diferentes nichos de recursos ecológicos, de um amplo território intergrupar. O aparecimento das Pleiades marcava o período de seca, Joru Butu, a queda o fogo, e o início dos deslocamentos, e o seu sumiço indicava a chegada das chuvas, orientando os ciclos de atividades da aldeia. As excursões podiam incluir no trajeto a visita a outras aldeias, mesmo de grupos locais mais distantes, permitindo o fluxo informacional, as trocas e contribuir para reafirmar alianças e dissipar possíveis hostilidades.

A antropóloga Renate Viertler reconhece a proximidade etnográfica entre os Bororo ocidentais e orientais, mesmo considerando algumas diferenciações na cultura material, como os cortes de cabelos, pinturas e ornamentos, dentre outras singularidades dos diferentes grupos locais, porém estes apresentavam uma estrutura do rito funerário comum, que:

Mesmo implicando a variabilidade de recursos demográficos e materiais de cada aldeia e região, podem ser vistos como um padrão característico a todos os Bororo, basicamente representado pelas técnicas ligadas ao tratamento do corpo dos mortos e à distribuição do alimento feito em nome de suas almas. (VIERTLER, 1991, p. 62).

Com a resistência debilitada dos Bororo da Campanha, o major João Carlos Pereira Leite, que herdou de seu pai o coronel João Pereira Leite, em 1933, o Engenho da Jacobina, tomou posse em definitivo dos campos de Descalvado.

Depois da tentativa de transferir índios para perto da sede da fazenda, solicitou em 1868 a sua nomeação para o cargo de Diretor de Índios. Em 1871, as sesmarias dos campos do Descalvado foram demarcadas; em 1876, o major Pereira Leite vendeu a sesmaria do Descalvado ao argentino Rafael Del Sar, e com a morte do major, em 1880, o uruguaio Jaime Cibilis Buxaréu adquiriu todas as sesmarias, permanecendo ainda em seu interior diversas aldeias Bororo e Guató.

Uma década depois, o novo dono requereu ao governo do Estado a concessão de 208 sesmarias de 3.600 ha cada, visando incorporá-las àquelas anteriormente compradas. As áreas adquiridas compunham um total de quase 1.000.000 ha, que abrangia, a Leste, o rio Paraguai, ao Norte, o rio Jauru, a Oeste, a Corixa Grande e, ao Sul, a Lagoa Uberaba. Conforme registros, no ano de 1881, o senhor Jaime Cibilis Buxaréu comprou do argentino Rafael Del Sar a charqueada do Descalvado para montar uma fábrica de extrato de carne, destinado ao mercado europeu.

Em 1895, Descalvado foi vendida para a *Campagnie des Produits Cibilis*, grupo belga que mantinha uma milícia armada e comandada por antigos oficiais do exército da Bélgica, com experiência de atuação no Congo.³ Em 1912, a fábrica foi comprada por outra empresa estrangeira, a qual continuou a produzir charque e extrato de carne. Os índios Chiquitano, Guató e Bororo permaneceram ainda vivendo nos mesmos campos e sendo explorados como força de trabalho.⁴ Com a Revolução de 1930, o governo Vargas nacionalizou o empreendimento e as atividades foram paralisadas.

3 Neste mesmo período, as atrocidades praticadas pelos belgas aos negros congolezes, sob a égide do Rei Leopoldo II, marcaram a história africana e da humanidade. Ver, por exemplo, HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999. Para uma versão ficção-histórica, LLOSA, Mário Vargas. *O sonho do celta*. Tradução Cristina Rodriguez. Lisboa: Alfabeta, 2010.

4 Para ler sobre o processo de espoliação das campanhas dos Bororo de Descalvado ou dos Aravirás, como eram também conhecidos, consultar: Rondon (1938) e Moreira da Costa (2000).

O militar Frederico Rondon, em viagem pela fronteira Brasil-Bolívia em 1936, encontrou os Bororo da Campanha ainda vivendo em aldeias nos campos do Descalvado, mesmo invadido por fazendas. O militar registrou que “[...] a aldeia mais importante destes índios fica na Lagôa, cerca de três léguas a Oeste do Descalvado. São cerca de vinte ranchos que se sucedem espaçados nas cordilheiras”. (RONDON, 1938, p. 257).

Os Bororo do Cabaçal, nominados também por Pararianês, com território contíguo aos da Campanha, impuseram muitas mortes e estragos à população que habitava a extensão da Fazenda Nacional de Caiçara ao Porto de Jauru. Por iniciativa do Padre José da Silva Fraga, foram contatados e conduzidos à aldeia de Santa Tereza, em 1843. O objetivo era de franquear a ocupação do caminho geral de Vila Maria a Vila Bela, além de vislumbrar a vantagem para a Província em tê-los como vigia da região da fronteira, pois a percorriam regularmente em suas caçadas.

O geólogo e naturalista Rodolfo Waeneldt (2001), incumbido, em 1860, pelo governo imperial de implantar uma fábrica de pólvora e uma fundição de ferro na província de Mato Grosso, esteve entre os índios Bororo da Campanha e do Cabaçal, na região de Vila Maria, atual cidade de Cáceres. Nas proximidades do rio Paraguai, visitou uma aldeia dos Bororo da Campanha, localizada no interior da Fazenda Cambará e, mais ao poente, outra aldeia dos Bororo em San Mathias. Os indígenas desta última eram impedidos, pelo posto militar boliviano, de visitar seus parentes no Brasil e submetidos a trabalhos forçados. O referido geólogo, durante as pesquisas de prospecção mineral, esteve também com os Bororo do Cabaçal, ainda aldeados em terras da antiga Fazenda Nacional de Caiçara, na Fazenda do Caeté Grande e na Lagoa do Pau Seco. Seus apontamentos constituem importante registro etnográfico dos chamados Bororo Ocidentais, tidos até recentemente, como extintos.

A carta geral da fronteira entre Brasil e Bolívia (1881), organizada de acordo com os trabalhos das comissões de

1871 a 1875, assinala uma aldeia Bororo lindeira ao Destacamento da Corixa, na proximidade da linha da fronteira estipulada pelo Tratado de La Paz. O militar Severiano da Fonseca (1881), integrante da Comissão de Limites Brasil-Bolívia, ao percorrer a região reconheceu ainda essa franja da fronteira como habitada por Chiquitano e Bororo.

O território dos Bororo atravessava a atual fronteira e continuava pelos campos bolivianos até o rio Otuquis, em cuja região está a missão San Corazón. O indigenista Moreira da Costa (2006) procedeu a um levantamento dos grupos indígenas situados na bacia do alto Paraguai, em especial aqueles que sofreram intervenção das Missões de Chiquitos. Os estudos registraram que os jesuítas cooptaram também indígenas estabelecidos em terras que viriam a pertencer à Coroa portuguesa. As reduções congregavam dentre outros grupos da região os Kuravéca, Korabeca, Otuque, Kovareca, kurucaneca, Quies, Tapurica, Ecorabeca e Tapii, todos falantes da língua Otuque ou Otuké. A mais Oriental das missões, a de San Corazon, foi implantada em território dos índios Otuque e também reuniu grupos de filiação linguística diversas.

As pesquisas de linguística de Créqui-Montfort e Paul Rivet (1913) sobre o Oriente boliviano afirmam que, em 1831, havia uma comunidade de 50 índios Kuruminaca em Casalvasco, e os Saravecas deveriam chegar a 350. Em expedição também por essa região, em 1831, Alcide d'Orbigny (1999, p. 145) registrou uma presença expressiva dos Saraveca em Santa Ana, esclarecendo, ainda, que os Guasaroca, os Kuruminaca e os Kovareca integravam a população da missão. O viajante observou que o território dos Kuruminaca situava-se no bosque das escarpas da Serra de Santa Bárbara, imbricados entre os Saraveca e os Otuque. E, ainda próximos a estes, os Kovareca e Korabeca, muitos dos quais viviam livres e falavam línguas semelhantes aos Otuque.

A Fazenda Nacional de Casalvasco era constituída de extensas terras, abrangendo a hinterlândia dos rios dos

Barbados e Alegre, cujas nascentes se encontram nas Serras de Santa Bárbara e Aguapei. O militar português D'Alincourt (1953, p. 203), por ocasião de sua viagem a Mato Grosso em 1818, localizou “[...] um alojamento de índios Bororós no Morro do Agoapehy”, os mesmos Kuriminaca apontados por diferentes viajantes. Cândido Rondon, que durante a implantação das linhas telegráficas procedeu ao levantamento da Fazenda Nacional de Casalvasco, informou que essa região compunha o território Saraveca e Kuruminaca. O vale dos Barbados comportava diversas rancharias do complexo cultural Chiquitano, distribuídas nos entornos do Destacamento Militar de Casalvasco, o qual pretendia a função de comando e controle daquela faixa de fronteira. Diversas comunidades de índios Chiquitano ainda persistem vivendo nesta região.

O atropólogo Alfred Métraux (1942, p. 3) apresentou em seus estudos a localização e a filiação linguística das principais etnias da região do Oriente boliviano e do Oeste mato-grossense, por ocasião dos primeiros contatos com os europeus. Como os demais autores, situou os grupos Pauserna, Saraveca, Kuruminaca, Kurucaneca, Bororo, e Otuque nas cabeceiras do Guaporé e Paraguai. Algumas das etnias ocupavam os dois lados da atual fronteira Brasil-Bolívia.

O etnolinguista Mansur Guérios (1949), baseando-se em Venturelli e Albisetti (1962), autores da *Enciclopédia Bororo*, afirmou que a família linguística Bororo compreende os grupos Umutina, Kuruminaca, Otuque, Koraveca, Kurubeca, Kurucaneca e Tapii, com presença na fronteira Brasil-Bolívia. Crequi-Monfort e Rivet também reconheceram a semelhança linguística dos Bororo com os Otuque, discordando de Venturelli e Albisetti (1962) apenas nos aspectos de sua filiação, crendo este ser um dialeto Otuque. Guérios (1949, p. 80) ainda levantou a discussão, não comprovada, dos Bororo serem “[...] um ramo do tronco otuquê, arrojado, por motivos ainda desconhecidos do Sul da Bolívia para os territórios brasileiros”. A historiografia boliviana afirma que

os Otuque viveram na região fronteira, mato-grossense e boliviana, muitos sendo aldeados nas missões Chiquitanas.

Almeida Serra (1884), militar que procedeu ao levantamento da fronteira na época colonial, localizou os Aravirás na região do Cabaçal, entendendo-os como resultado da junção de duas diferentes etnias. E, no rio Sepotuba, os Pararionés e, pouco mais a Leste, os índios Barbados ou Umutina. Porém, o Capitão Caldas (1887, p. 47) acreditou que os Bororo do Cabaçal seriam os Purianas ou Pararianés, e, os Bororo da Campanha, os Aravirás. Informou ainda que ambos os grupos teriam sido aldeados, em 1843, pelo Padre José da Silva Fraga, nas proximidades do Registro do Jauru.

Cândido Mariano da Silva Rondon, em sua *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas* (1952), trouxe informações detalhada sobre a localização dos grupos indígenas na faixa da fronteira com a Bolívia. Situou os Bororo da Campanha em ambos os lados do Corixa Grande, adentrando no território boliviano. Pouco mais ao Norte estariam os Biriuné e, atravessando o Rio Jauru, os Bororo do Cabaçal; os Aravirá, no rio dos Bugres, afluente da margem direita do Cabaçal. Em seguida, os Asioné, no Córrego dos Bugres tributário do Sepotuba. Também, localizou, na confluência do rio dos Bugres com o Paraguai, os Umutina. Todos identificados como falante da língua Otuque. E, ainda, situou os Parabazana ao Norte da Lagoa Uberaba, na margem direita do rio Paraguai, confrontando com os Bororo da Campanha. Finalmente, na parte ocidental da Serra de Santa Bárbara, em águas da Bacia Amazônica, os Saraveca e Koruminaca, ambos tidos como Aruak.

Curt Nimuendaju, no Mapa Etno-histórico do Brasil (1987), discordou de Rondon no que diz respeito à filiação linguística dos Kuruminaca, identificando o seu vínculo com os grupos Otuque, Bororo e Kovareca. Seus estudos coincidiram com a classificação proposta por Crequi-Monfort e Rivet (1913), que ainda apontaram os Paikoneca, Paunaca, Saraveca, Paresi-Kabisi, Moxo e Baure como sendo grupos Aruak. O destaque é para a presença de Paresi na região de

San Rafael, Santa Ana e San Miguel. O etnólogo identificou, ainda, um aglomerado Saraveca e Kuruminaca, tanto em Casalvasco como nas missões mencionadas, estas contando também com os Kurucaneca e Kovareca. Seguindo uma abordagem por área cultural, Galvão (1979) incluiu igualmente os Bororo como filiados linguisticamente aos Otuké.

O professor Roberto Charupá (2002), pesquisador da história das missões de Chiquitos, ao analisar as diferentes etnias e suas filiações linguísticas, por reduções, nos anos de 1745 a 1767, indicou que, em termos numéricos, os falantes da língua Chiquito representavam quase dois terços da população indígena. As demais famílias linguísticas, por ordem decrescente, seriam as Aruak, Otuque (Otuké), Zamuco, Chapacura e Guaraní. Esclareceu que, em documentos da época, o mesmo grupo é grafado de maneiras diversas. Isto se deve, em parte, ao fato de os Chiquitos usarem o sufixo “ca”, para formação do plural de um substantivo, e o prefixo “ma”, para o artigo “o”. Assim, por exemplo, o grupo *boro* pode estar registrado como *maboroca* ou *boroca*, e ainda por *borocas*, pois os jesuítas, muitas vezes, acrescentavam a letra “s” ao final do nome para indicar o plural. Estudos atuais apresentam consistentes evidências que a língua chiquitano pertence ao tronco Macro-Jê, ao qual estão vinculadas também a língua Otuque e Bororo.

O processo de desterritorialização vivenciado pelas diversas etnias da região de fronteira, em especial pelos Chiquitano e Bororo Ocidental, impulsionado pela disputa territorial e pelo processo histórico da formação dos Estados brasileiro e boliviano, provocaram uma intensa desintegração dos povos indígenas fronteiriços. Inicialmente, as missões religiosas espanholas e, mais tarde, as vilas e destacamentos militares portugueses, visando a incorporação de “índios mansos”, como assim eram designados, enquanto mão de obra, objetivaram promover a ocupação territorial e a produção econômica para o abastecimento do mercado.

Em fins do século XX, no decorrer dos estudos realizados para o licenciamento da instalação do Gasoduto Bolívia-Ma-

to Grosso (MOREIRA DA COSTA, 2000), foram localizadas algumas famílias de Bororo da Campanha, de Chiquitano e Guató vivendo na povoação de Limão e no Destacamento Militar de Corixa Grande. Os relatos orais dos índios registram um sistema de trabalho forçado, análogo ao escravo, a que foram submetidos em Descalvado. Durante as entrevistas com os povos indígenas⁵, ainda existiam nessa localidade as ruínas dos alojamentos destinados aos Chiquitano, Guató e aos Bororo da Campanha. Em maior contingente, os Bororo ficavam em alojamento separado, chamado pelos índios de Galera. Os Bororo lembram que o General Rondon chegou a demarcar uma reserva que abrigava a aldeia da Lagoa, mas por ocasião do sepultamento do cacique a documentação da terra foi queimada junto com seus pertences. Depois da morte do líder, foram eles sendo expulsos de seu território. Estevinho, um Bororo da Campanha, bem idoso, afirmou que os marcos de Rondon e sua aldeia persistiam no lugar para onde esperava voltar um dia. Carmem, sua filha contou que Estevinho quando bebia, chicha de milho fermentado, percorria a noite a entoar músicas Bororo. Dizia que estava junto com os seus antepassados a cantar, celebrar as pescarias, festas e danças do seu povo.

Os Boe-Bororo a Leste do rio Cuiabá: Bororo Oriental

No início do século XVIII, os exploradores luso-brasileiros descobriram ouro em terras dos índios Coxiponés, nome emprestado ao “pássaro cardeal”, no idioma Bororo, para a antiga aldeia *Kujíbo*, em alusão ao *locus* de seus moradores originais, alterado para batizar o rio Coxipó. Também pode ser entendido como “águas do mutum”, *kújebo*. Referências bibliográficas e cartográficas do período colonial apontam a existência de índios Cuiabás ou Cuyavás localizados nesta

5 No ano de 1998, durante os estudos direcionados ao licenciamento ambiental para a construção de um gasoduto Brasil-Bolívia, Ramal Mato Grosso, este indigenista e Juscelino Melo, também indigenista e a antropóloga Joana A. Fernandes Silva coletaram dados etnográficos referentes às populações indígenas existentes na área de influência desse empreendimento.

região. O bandeirante Antônio Pires de Campos (1996, p. 120), um dos primeiros exploradores a adentrar em território Bororo, registrou, em 1728, que depois do rio Coxipó “[...] subindo mais para cima vem um rio dar neste do Cuiabá, que lhe chamam de Cuiabá-Mirim, que nasce de uma baía na qual habitava um lote de gentio chamado Cuiabás”. Assim, foi edificado, em 1719, o “Arraial de Cuyabá”, o que viria a consolidar um próspero polo minerador aurífero em um dos afluentes do alto Paraguai. Com a extração do ouro, despertando o interesse da Coroa portuguesa pela região, implementou-se uma intensa política de ocupação territorial.

Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá ou Ikuiapá, lugar de pesca com flecha arpão, no dizer Bororo, ganhou vida e contornos, seguindo o córrego da Prainha, ou Ikuiebo, “as águas das estrelas”, como percebiam os donos da terra. É o indigenista Costa e outros quem explicam:

A partir da barra do Ikuiebo, o curso superior do rio Cuiabá não permite a navegação de embarcações maiores, face às pedras que despontam no meio das águas. Logo rio acima, depois do Porto, fica a barra do rio Pari, em tupi-guarani, nome dado a uma cerca feita de uma margem a outra do rio para pesca. Por capricho da natureza no local existe um afloramento de rochas que emerge como um colar de contas, de um lado a outro do rio Cuiabá. Ao reter suas águas e forçá-las nos vãos das pedras produz um canto que pode ser ouvido de longe. Um lugar bom para a pesca com arpão. Próximo a Cuiabá, às margens do rio e logo no início de uma imensa área inundável, o Pantanal, está o Morro de Santo Antônio ou Toroari, ‘ninho do gavião’, em Bororo. (COSTA, MOREIRA DA COSTA, COENGA, 2019, p. 244).

Para o povo Bororo, Toroari é a representação simbólica do *Baito*, a casa dos homens, cujo esteio central é sustentado pelo jatobá, árvore que os heróis míticos Méri, Sol, e Ári, Lua, aparecem, uma passagem que interliga o mundo

subterrâneo e subaquático ao terrestre e aos celestiais, constituindo o mais significativo marcador territorial Bororo, a intersecção espaço-tempo para o qual convergem os diferentes eixos e fluxos do mundo das almas ancestrais, dos vivos e dos espíritos.

O morro Toroari está vinculado à inundação universal. Narra o mito que, ao provocar o dilúvio em decorrência de um acesso de cólera, o herói da face resplandecente, Merire Póro, em Bororo “Porta do Sol”, sustentou o fogo de um tição em suas mãos e do alto do Toroari fez a fúria das águas recuar. Não sobreviveu ninguém ao cataclismo, assim se uniu a uma cervídea ou quaçuetê e repovoou a terra, restabelecendo a cultura Bororo. O colonizador certamente conhecia o valor simbólico e a importância do Toroari para o Bororo, raiz da população cuiabana, enquanto centralidade mítica de um amplo território a ser apropriado. Basta ver o brasão da cidade de Cuiabá, instituído em 1727, e depois o do Estado de Mato Grosso para perceber uma semelhança com o Toroari, em cujo topo está aninhada uma Fênix, pássaro mítico, símbolo universal do Sol, do fogo e do renascimento, o Meriri Póro.

Cuiabá e as minas de Mato Grosso, nessa medida, começavam a se configurar enquanto centros formadores de fronteira. A metrópole necessitava assegurar definitivamente a comunicação do rio Guaporé com o rio Jauru, este afluente Ocidental do alto Paraguai, região-chave para a geopolítica portuguesa. A expansão mineradora luso-brasileira para o Oeste e o uso da estrada fluvial das monções excediam a linha de Tordesilhas em muitos graus de longitude. Para atingir as minas de Cuiabá adentraram profundamente em terras tidas como castelhanas, atravessando diversos territórios indígenas. Nos relatos do José Barbosa de Sá (1975, p. 10), que viveu em Cuiabá na fase de colonização, estão registrados alguns desses grupos indígenas encontrados no percurso das monções. No caminho para São Paulo, na bacia do alto curso do Paraguai, registrou a presença de índios *Caroyas*, *Taquasentes*, *Xixibes*, *Xanites*, *Porrudos*,

Xacorores, Aragoares, Coxiponés, Pocurus, Araponentes, Mocós, Goatos, Aravirá, Buripocones, Arapares, Hytapores, Laymes, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraes, Penacuicas, dentre outros, vivendo da fertilidade da terra e esquecidos de suas obrigações de católicos. Apontou, assim, alguns grupos como *Porrudos, Xacorores, Coxiponés, Aravirás e Buripoconés*, que com o tempo passaram a ser genericamente identificados como Bororo, grupos que legaram nomes a seus locais de origem, a exemplo de Cuiabá.

A presença dos Bororo cativos nas bandeiras paulistas que se instalaram a partir de 1718 no rio dos índios Coxiponés, denuncia a prática comum de se utilizar a decodificação indígena do território a ser expropriado. Os Bororo, os Coxiponés, dentre outros grupos da região, possuíam a mesma filiação linguística. Assim, muitos foram compelidos a guarnecer diversas expedições em seu próprio território cultural e adjacentes, devido também ao seu ethos de guerreiros, combatendo outros índios, como os Kaiapó e Payaguá. Com o intuito de contornar os instáveis caminhos das monções pela Bacia do Prata, a abertura da estrada da Vila de Cuiabá para Vila Boa de Goiás, em 1736, contou com uma significativa participação dos Bororo cativos.

Com o crescimento da Vila de Cuiabá, inúmeras etnias desapareceram, migraram ou foram absorvidas pelas monções, mineração e pelo comércio. O Capitão João Augusto Caldas (1887, p. 43), em “*Memória histórica sobre os indígenas da Província de Mato Grosso*”, forneceu uma relação das etnias ali existentes no início do século XVIII, dentre elas os *Cuyabás*. Existe uma profusão de nomes de povos indígenas grafados de diferentes maneiras por diversos autores e em distintos períodos, muitos dos quais ainda se encontram relacionados à geografia regional. O militar citou sessenta e quatro grupos indígenas, afirmando que “[...] hoje só resta a tradição [...] “habitavam as margens dos rios por onde navegavam os sertanistas” (CALDAS, 1887, p. 43).

Dentre os indígenas mais recorrentes na literatura estão os Mbayá, conhecidos também como *Uaicuru* ou *Guaicuru*

pelos luso-brasileiros, que dominavam a região do alto curso do rio Paraguai. Possuíam uma sociedade complexa, baseada na guerra e na vassalagem de outros povos indígenas, os quais forneciam alimentação e crianças para a adoção, pois as mulheres Guaikuru evitavam a gravidez.

Herbet Baldus (1945) dividiu os Guaikuru em “duas parcialidades” estabelecidas na margem ocidental do rio Paraguai e outras quatro na margem oriental. Algumas dessas “parcialidades” se subdividiam, ainda, em “cacicados” que, conforme o autor, possuíam fronteiras fixas e se ajudavam mutuamente. Acreditava ainda que os aldeamentos Guaikuru podiam ter alcançado de 7.000 a 8.000 índios, cifra considerada elevada, à época em que “Cuiabá, São Pedro d’El Rei e arrebaldes”, no recenseamento de 1791, conforme Corrêa Filho (1994, p. 631), apresentava 14.453 habitantes e pouco mais de 20.000 para toda a capitania. A população Guaikuru era constituída por Bororo, Guaná, Chiquito, Chamacoco, Kaiapó, dentre outras etnias, inclusive alguns negros e brancos, “misturados pelos repetidos casamentos”. A quantidade de índios Guaikuru “verdadeiros”, termo utilizado por Baldus (1945), não possuía densidade populacional, pois evitavam contrair laços com outros grupos, uma vez que o prestígio estava, em parte, baseado, também, pelo grau de pureza da linhagem. Com os Guaná cultivavam uma relação complexa de simbiose.

Reconheceu, ainda, o etnólogo, “[...] que homens de outras tribos espontaneamente se agregavam como peões dos Guaicuru”, sendo a servidão em muitos casos voluntária e mesmo os reduzidos à força acabavam por aderir ao novo regime (BALDUS, 1945, p. 24). O enclave Guaikuru serviu durante muitos anos de abrigo seguro para muitos índios de diferentes etnias, os quais encontravam mais comodidade do que o regime imposto pelos europeus ou jesuítas.

Decorrente de um processo histórico e cultural singular, os Guaikuru constituíram notável sociedade mediada por uma eficiente relação de alianças com outras etnias, entre os quais os Payaguá e Otuque-Bororo, configurando-os

como uma poderosa força regional durante todo o período colonial até o início do Império brasileiro.

Os Guaikuru, ciosos de seu poderio, consumiram muitos anos em jogos diplomáticos e de guerra entre os portugueses e espanhóis, pendendo para um dos lados, conforme seus próprios interesses. Relutaram em dividir seus domínios com os europeus, chegando a quase comprometer a existência física das cidades de Assunção e Cuiabá, em seus primórdios.

Conforme relatos do Capitão João Augusto Caldas (1887, p. 44), os Guaikuru se uniram aos Payaguá, e estes aos Otuque, uma tribo de índios corsários que vivia nos tributários do Paraguai e ajudava nas hostilidades contra os portugueses. Montados em cavalos, percorriam os campos do pantanal e não deixavam escapar qualquer rastro dos europeus, de modo que os invasores preferiam lutar com os Payaguá e nunca com os Guaikuru, pois que a morte era certa. Todos os temiam, inclusive os outros grupos indígenas. A aliança entre estas etnias durou mais de quatro décadas, até que os Payaguá, em 1770, já exauridos pela guerra, celebraram paz com os espanhóis e migraram para Assunção. Cerca de duas décadas depois, os Guaikuru pactuaram paz com os portugueses, porém, os Otuque-Bororo seguiram guerreando.

Chegou a Cuiabá a informação, em 1740, levada por “Bororos domesticados”, termo empregado por Barbosa de Sá (1975), que os jesuítas estavam catequizando os índios Goarapáre nas cabeceiras do rio Cuiabá. A Câmara de Cuiabá decidiu montar uma estratégia: travar relações de amizade com os Guaikuru e, por esse meio, incentivar a antiga rivalidade deles com os Payaguá; usar os “Bororos domesticados” para atrair de novo para o lado português os índios Goarapáre catequizados; investigar as missões e estabelecer comércio com os jesuítas; dissuadir os missionários de fornecer armas aos Payaguá em troca das mercadorias pilhadas nas monções.

Os “Bororos domesticados” conseguiram reconquistar os Goarapáre. Os missionários aceitaram os presentes da comitiva, retribuindo em vacas e cavalos. Quanto aos Payaguá, responderam que, no entender de Sua Majestade Católica, guardavam as fronteiras dos portugueses e que o comércio só poderia ser realizado por permuta de bois e cavalos, pois o uso da prata estava proibido. Mais tarde, em outras viagens, os cuiabanos, tiveram notícia, por índios, que os missionários foram substituídos e os novos receberam determinações de não mais acolher os portugueses. Os ataques dos Guaikuru, Payaguá e Bororo às monções continuaram a persistir.

No final do século XVIII, o crescente trânsito pela estrada de Cuiabá, passando pelos rios São Lourenço e Taquari rumo a São Paulo, intensificou as ações dos Bororo contra os viajantes e fazendeiros. Adotando estratégias furtivas, estes índios cada vez mais estendiam os ataques e se aproximavam de Cuiabá e, em consequência, através de diversas retaliações punitivas, tentaram em vão contê-los. Finalmente, após quase um século de lutas, em 1886 o governo enviou ao rio São Lourenço uma expedição militar integrada por índias Bororo cativas, dentre as quais Rosa Bororo, para convencerem seus pares a estabelecer a paz, no que lograram êxito.

No ano seguinte foram criadas duas colônias militares no rio São Lourenço, a de Tereza Cristina, na foz do rio Prata, e a de Isabel, na foz do Piquiri. Mantidos sob aparato militar e à base de presentes e distribuição de aguardentes, logo levaram o caos à sociedade Bororo. O governo do estado de Mato Grosso extinguiu a Colônia Isabel, em 1892, e em seguida transferiu a Colônia Tereza Cristina aos missionários Salesianos, em 1895, objetivando levar a catequese aos indígenas. Em 1898, os padres desta congregação foram expulsos da colônia por desentendimento com os Bororo. Dentre outros motivos, em decorrência da tentativa em conter os ritos religiosos indígenas e o consumo de aguar-

dente. Poucos anos depois, os salesianos estabeleceram duas colônias na estrada para Goiás, a de Sangradouro e a dos Tachos, atual Terra Indígena Meruri.

Finda a guerra do Paraguai e iniciada a República, tornou-se premente a adoção de medidas que garantissem a segurança da fronteira Oeste e sua colonização. A criação, em 1890, da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, comandada pelo Major Gomes Carneiro e auxiliado por Rondon, estava inserida neste contexto expansionista. Sua implantação, ao seguir os caminhos da estrada Cuiabá-Goiás, tangenciou a franja Norte do território Bororo, mudando a configuração socioespacial da região. Os trabalhos da comissão e a presença das colônias Salesianas facilitaram a implementação das atividades agropastoris e o esbulho do território Bororo, em que pese a interferência de Gomes Carneiro e a dos Salesianos em favor dos índios.

Posteriormente, a construção do trecho São Lourenço a Coxim enquanto ramal da linha telegráfica seguiu o trajeto da estrada Cuiabá-Campo Grande. Em 1901, a pedido de Rondon, que se encontrava à frente dos trabalhos, contou com a participação dos Bororo. A proximidade com os trabalhadores das linhas telegráficas ocasionou um surto de sarampo entre estes índios, doença que se disseminou pelas aldeias ocasionando muitas mortes.

Na mesma época da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, em 1910, foi intensificado o povoamento na região do rio das Garças decorrente da atividade garimpeira, o que agravou o conflito com os Bororo. O estabelecimento das colônias militares e religiosas, o crescente do fluxo migratório em busca de diamantes e pastagens, e a instalação de infraestrutura de segurança e comunicação acarretaram impacto profundo na coesão socioterritorial indígena.

Em pouco mais de uma década após a rendição dos Coroados, o seu território acabou fragmentado e ocupado, precipitando a contração de suas bordas e a implosão do seu núcleo. A expropriação, como descrevem Barros e Bor-

dignon (2003), foi diretamente proporcional ao avanço das povoações e da implementação da colonização pelo Governo mato-grossense, que considerou erroneamente como devolutas as terras ocupadas por indígenas. Posteriormente às políticas governamentais, como a Marcha para Oeste, e as diferentes formas de incentivo ainda em curso, consolidaram o esbulho.

Para escapar do extermínio, os Bororo buscaram abrigo nas colônias e estações telegráficas, algumas amparadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, transformaram-se em reservas indígenas. Decorridos mais de um século, mesmo as diminutas frações reservadas de seu território tradicional encontram-se carentes de regularização fundiária. Na atualidade, os Bororo vivem nas Terras Indígenas Tereza Cristina, Jarudori, Meruri, Tadarimana, Perigara e na Missão de Sangradouro.

Ecerae e Tugarege: donos dos cantos, das terras

As aldeias dos Boe, ou gente, em sua língua materna, como os Bororo Orientais se autodenominam, dominavam uma ampla região. O território era compreendido pelos rios São Lourenço, Cuiabá, Piquiri e Taquari, que avançava pelas escarpas do planalto e se estendia na outra vertente pelo rio das Mortes e nas cabeceiras do rio Araguaia. Barros e Bordignon (2003) registram em seus estudos as diferentes territorialidades vinculadas à percepção dos próprios índios, que identificam os Bororo do Pantanal – Pototadawuge, Bororo da mata – Ituratadawuge, Bororo do cerrado e murraria – Bokutadawuge ou Toritadawuge. Albisetti e Venturelli (1962) adotaram uma outra classificação indígena para situar os Bororo em seu território atual: Bóku Mógo ou Bóku-Mogorége, habitantes do cerrado e que correspondem aos das aldeias do vale do rio das Mortes; Itúa Mogorége, habitantes das matas e que corresponde aos das aldeias do Jarudori e Tadarimana; Orári Mógo-Dóge, habitantes das plagas do peixe pintado e que corresponde aos das aldeias de Teresa Cristina; Tóri Ókua Mogorége, habitantes dos

sopés das montanhas e que correspondia aos das aldeias da região da Serra de São Jerônimo; Útugo Kúri-Doge ou Kádomogarége, os que usam longas flechas ou os que habitam os taquarais, compreendendo aos da aldeia do Perigara, localizada no Pantanal.

As diásporas e os arranjos socioterritoriais sustentados pelas forças cognoscíveis em movimento, se fazem, se desfazem e se sobrepõem (DELEUZE; GUATTARI, 1992), sendo uma constante no caminho dos povos. Pesquisas arqueológicas e etnográficas, além de comprovarem a presença dos Boe-Bororo na região há milhares de anos, levantaram hipótese de que a sua configuração sociocultural atual seria resultante do fusionamento de grupos étnicos distintos, processo ocorrido em tempos remotos, decorrente de eventos que convergiram para um novo modelo capaz de comportar inovações políticas, econômicas e culturais. Irmhild Wust (1989, p. 24) observa a possibilidade da configuração dual Boe-Bororo ser fruto da junção de grupos antigos, proto-clãs de caçadores-coletores, que formaram a metade *Tugarege*, e se uniram a metade *Ecerae*, composta por proto-clãs de grupos com predominância de práticas agrícolas. Indica também a região dos rios Cuiabá e Tadarimana como *locus* de convergência na formação dos proto-clãs iniciais, que no decorrer do processo as relações hostis foram se transformando em aldeamentos colaborativos. Os Boe-bororo conformam uma estrutura social marcada pelos ritos cerimoniais e pela hierarquização entre os clãs, que reflete uma cosmovisão perceptível em sua territorialidade, nos espaços da aldeia, nas relações entre os seres, nos cantos, nos gestos mais simples e na intenção de serem felizes.

Os poderes em uma aldeia são compartilhados pelo Boe E-Imejéra, chefe da aldeia e da guerra, com o Bari, pajé dos espíritos, e o Aróe Et-Awára Áre, pajé das almas. O chefe da aldeia é escolhido pela sua linhagem materna, generosidade, oratória e conhecimento das tradições, dentre outros predicados. Em geral, os poderes dos pajés são natos e advêm do contato com o mundo sobrenatural.

Dividida pelo percurso solar Leste-Oeste, a aldeia Bororo é formada por duas metades exogâmicas e cerimoniais: *Ecerae*, ao Norte, e *Tugarege*, ao Sul. Cada metade é constituída por quatro clãs e estes, por sua vez, se dividem em subclãs que determinam nomes, pinturas, cantos, adornos, conduta e inserção no mundo Bororo. As casas são agrupadas em unidades clânicas e se encontram dispostas em anéis concêntricos no entorno do *Baito* e do pátio central, denominado Bororo. A localização de cada clã orienta-se pelos pontos cardeais e vincula-se às diferentes linhagens maternas que definem o legado material e simbólico dos membros da sociedade Bororo. O eixo Leste-Oeste também divide ao meio a Casa dos Homens, o *Baito*, cujo lugar interno destinado a cada clã encontra-se invertido em relação à sua posição no pátio externo.

Os clãs definem obrigações e direitos, inclusive o territorial, os quais garantem laços de reciprocidade e coesão social, situando-os no espaço e no tempo. Atualmente, muitas aldeias não congregam todos os clãs e o arranjo das casas não externam, como no passado, a divisão socioespacial, mas a estrutura metade/clãs continua operando e modelando o mundo material e espiritual Bororo. A falta de representação de todos os clãs, de chefes dos cerimoniais ou de outros atores importantes para a condução do *Itá-ga*, o rito funerário, obriga os índios a procurar apoio das aldeias maiores para a sua realização. Porém, cada aldeia conserva características e nuances próprias, inseridas em um microambiente e vivências específicas.

O ritual funerário pressupõe o envolvimento de todos os clãs, os membros da metade oposta ao falecido ficam incumbidos de diversas atribuições. Alguns continuam com obrigações cotidianas para com a família do morto, mesmo com o término da cerimônia. O corpo é enterrado no pátio da aldeia e após sua decomposição os ossos são limpos e ornamentados. Em seguida são colocados em cestos funerários e levados preferencialmente para repousar em definitivo nas águas das lagoas ou remansos próximos da aldeia.

A antropóloga Renate Viertler (1991), ao estudar o canto dos Bororo, explica que os *Baadojebage*, os “mestres dos cantos”, chefes cerimoniais da metade *Ecerae*, são os responsáveis por conduzir os procedimentos fúnebres. Essa incumbência foi concedida pelos *Baitagogo* e *Boroge*, heróis míticos *Tugarege*, juntamente com os diademas, chocalhos e cantos funerários, de pesca e caça.

A complementariedade entre as metades/clãs permeia toda a organização social Bororo. Durante os rituais funerários as relações de reciprocidade entre as metades/clãs emergem com mais vitalidade e se renovam. Os cantos conformam a cerimônia de sepultamento dos mortos e são patrimônios de cada clã. O *Baadojebage*, ao organizar o ritual, incumbe “os donos dos cantos” de entoá-los.

No sepultamento de um *Tugarege*, é um membro da metade *Ecerae* quem vai iniciar “o canto sobre o Bororo que tem morte”, denominado *Marenaruie*. E se for um *Ecerae*, quem canta é um membro do clã dos *Aroroe*, pertencente ao *Tugarege*. O clã dos *Aroroe* é o mesmo dos heróis míticos *Baitagogo* e seu irmão *Boroge*, os criadores dos ritos funerários. Trata-se de uma intrincada e complexa cerimônia que pode durar meses.

Os “donos dos cantos” conduzem os vivos e as almas dos mortos a dançarem ao ritmo dos chocalhos e dos cantos, ornados com os *pariko*, diademas cujas penas de arara irradiantes abrigam os *Aroe*, almas dos ancestrais clânicos.

Apontamentos finais: sombras e luzes

Entender a dinâmica do processo de desterritorialização do espaço Otuque-Bororo remete a uma abordagem do simbólico, cuja definição do território apresenta-se como sendo um espaço de vivências e sobre o qual se exerce um domínio político, econômico e cultural e, como tal, o controle de seu acesso. É importante enfatizar que, nesse caso, o controle das fronteiras manifesta-se como uma das condições para a existência do território. Necessariamente implica afirmar que não se atém apenas ao controle físico de limites terri-

toriais, como se prendem as discussões clássicas sobre a formação dos Estados nacionais. Trata-se de incorporar à dominação política um sentido de apropriação simbólico-cultural, levando-se ainda em consideração a perspectiva econômica do processo. Portanto, apropriar-se da relação das dimensões políticas, simbólico-culturais e econômicas pressupõe o controle de um território, isto é, impor-lhe um fluxo cósmico civilizatório. As formas de saberes indígenas e o ordenamento da visão de mundo, entendidos como epistemologias do Sul, têm sido metódica e intencionalmente suprimidas pela epistemologia ocidental, em decorrência ao processo de colonização ainda em curso.

Toroari, como centralidade privilegiada de ampla rede de rizomas estruturada por mitagens, capazes de engendrar recognições de narrativas sagradas intersubjetivas aos diferentes grupos Bororo, conjugadas por relações de vizinhança, vem sendo apropriado desde o início da colonização. Entretanto, permanece potencializado pelo percepto do devir-imagético dos signos e significados atemporais.

Ocorreram, portanto, os mais diversos níveis de inter-relações no movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização durante a história dos Bororo, enquanto espaço de vivência de diferentes grupos locais que se desintegraram e/ou se reconfiguraram no transcorrer do processo de relação com a sociedade ocidental. A inteiração do sistema espacial e informacional conduzida pelos colonizadores, direcionando fluxos e determinando escalas de ação entre as diversas vilas, lançou bases para o que viria ser identificado como Mato Grosso. O intensivo processo de espoliação dos indígenas ante aos colonos e aos bandeirantes escravagistas que os capturavam e vendiam aos milhares para os centros mineradores e também para a região de São Paulo, para serem incorporados nas mais diversas modalidades de trabalhos, foi uma constante na história dos povos originários.

Os colonizadores, para promover rapidamente a desterritorialização dos múltiplos territórios indígenas e construir

novos laços políticos, econômicos e simbólico-culturais, isto é, uma nova fronteira/limite, tiveram de se apropriar dos já existentes. Optaram por aproveitar o conhecimento dos grupos indígenas sobre a localização dos recursos naturais considerados estratégicos para a manutenção das vilas. Assim, franquearam o acesso às salinas, as melhores terras para o plantio, aos campos de pastagens naturais e apículas (cera e mel), de caça e pesca, essências florestais e resinas destinadas ao curtimento de peles e demais drogas e riquezas dos sertões, compelindo os índios ao trabalho forçado e a continuar a percorrer o seu antigo território. Porém, dentro de uma outra lógica.

A nova estrutura dominante procurou ressignificar o território percorrido tradicionalmente pelos povos indígenas, suas trilhas, caminhos e aldeias, tornando-as incipientes núcleos urbanos e os locais míticos em símbolos de poder. Novos nomes, novos significados e acontecimentos foram atribuídos na intenção de mudar a visão de mundo e de valores relevantes na busca pela felicidade na esfera material e imaterial. Os caudatários dessa ancestralidade e as vilas, enquanto um conjunto de *locus* interligados às diferentes redes de vivência, encontram ressonância ainda nos dias atuais, seja no linguajar, nos hábitos alimentares e nos costumes, na toponímia, nos entes mitológicos e nas lendas que teimam na reparação insurgente da identidade cuiabana do devir.

Os Boe-Bororo, sob uma nova perspectiva econômica e política, atravessaram mais de três séculos sendo espoliados, da companhia de seus parentes, de seus lares e locais sagrados, de seus recursos naturais e da força de trabalho, com extrema violência. Resistiram às guerras de extermínio, epidemias e escravidão, conservando os referenciais simbólicos e culturais com seus ancestrais e territórios tradicionais. Para sobreviver, tiveram de desenvolver novas relações de poder e estratégias identitárias, mantendo o sentido simbólico-religioso e os laços afetivos com os lugares onde vivem.

Referências

- ALBISETTI, César; VENTURELLI, Ângelo Jayme. *Enciclopédia Bororo*. Volume I. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1976.
- BALDUS, Herbert. Introdução. BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945, p. 11-46 (Biblioteca Histórica Brasileira).
- BARBOSA DE SÁ, Joseph. *Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seos princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Edições da UFMT, 1975.
- BARROS, Edir Pina de; BORDIGNON, Mario. *Jarudóri*. Estudos e levantamentos prévios histórico-antropológicos. Relatório relativo ao termo de referência DAF/DEID nº 53/2002. Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiário/Funai. Brasília, 2003.
- CALDAS, João Augusto. *Memoria historica sobre os indigenas da Provincia de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas*. Rio de Janeiro: Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos editores, 1887.
- CAMPOS, Antônio Pires de. Breve Notícia que da o Capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuiabá [...] In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, tomo CXLIV, p.114-126, 1996.
- CARTA DO ESTADO DE MATO GROSSO e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada sob a direcção geral de S. Ex. o Snr. Gen. De Div. Candido Mariano da Silva Rondon e direcção gráfica executiva do Gen. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e [...], 1952.
- CARTA GERAL DA FRONTEIRA entre Brasil e a Bolívia organizada segundo os trabalhos das Comissões de 1871 e 1875 dirigidas pel Cel. De Eng. Bel. Barão de Maracaju e pelo Capm. de Mar e Guerra Antonio Cláudio Soido. Produzida á metade de sua respectiva escala. In: *Viagem ao redor do Brazil 1875-1878*. Villa Bella, cidade de Matto-Grosso, 2º volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá. *La primera evangelización em lãs reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)*. Cochabamba: Talleres Gráficos KIPUS, 2002.

COLINI, G. A. Notícia histórica e etnográfica sobre os Guai-curu e os Mbayá. In: BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Martins, 1945, p. 249-301.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994 (Coleção Memórias Históricas, 4).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa; MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes; COENGA, Rosemar Eurico. Ikuié: um olhar decolonial para o céu Bororo. In: *Revista Eletrônica Documento Monumento*. Dossiê Cuiabá ontem e hoje, v. 25, n. 1, abr. 2019, p. 238-254 (Edição especial).

CRÉQUI-MONTFORT, Par G. de; RIVET, Paul. *Linguistique bolivienne*. La langue Saraveka. 1913.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sôbre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editôra S. A., 1953 (Biblioteca Histórica Paulista).

D'ORBIGNY, Alcides. *Viaje por tierras cruceñas*. Santa Cruz de La Sierra: Centro de Publicaciones de la Universidad Privada de Santa Cruz de La Sierra. 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1956. In: *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 193-228.

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Juan Roldan y Compañía, 1929.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional*. Museu Paraense. Nº 6. Tomo II: B-CAX. Curitiba: João Haupt, 1949 (IHGMT. Publicações Avulsas).

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF : São Paulo: Contexto, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

LLOSA, Mário Vargas. *O sonho do celta*. Tradução Cristina Rodriguez. Lisboa: Alfabeta, 2010.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and Western Matto Grosso. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. In: *Bulletin 134*. Washington: Government Printing Office, 1942.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. *A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso : Carlini & Caniato Editorial, 2006.

_____. O manto do encoberto: territorialidade e identidade dos Chiquitano. Monografia (Especialização em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Pró-memória, 1987.

Ofício do Coronel Costa Pimentel ao Presidente de Província, informando a situação dos índios Bororo da Campanha e os diversos Destacamentos Militares da fronteira com a Bolívia, de 11 de fevereiro de 1851. IHGMT, Pasta 138/983.

RONDON, Frederico. *Na Rondônia Ocidental*. Série 5ª. Vol. 130. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Nacional, 1938. (Brasiliense. Biblioteca Pedagógica Brasileira).

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre ao aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 3ª ed., Tomo VII, 1884. p. 196-210.

SEVERIANO DA FONSECA, João. *Viagem ao redor do Brazil – 1875-1878*. Villa Bella, Cidade de Matto-Grosso. 2º Volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, Mato Grosso*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

WAENELDT, Rodolfo. Exploração da Província de Mato Grosso. In: *Publicações Avulsas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. n. 38. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

WUST, Irmhild. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso – primeiros resultados. In: *Revista de Antropologia*. v. 30/31/32. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987/1988/1989. p. 23-35.